



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais
Agricultura e Agronegócios



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais
Agricultura e Agronegócios

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIOS

O Caderno Agricultura e Agronegócios trata fundamentalmente da estrutura e das transformações vividas pela agropecuária paulista nas duas últimas décadas. O trabalho foi apresentado em três grandes blocos: evolução da agropecuária, aspectos da agroindústria e uma breve avaliação das políticas que afetam o setor agropecuário.

Considerando-se que o desenvolvimento da agricultura está diretamente associado à ocupação do território, os levantamentos procuraram apresentar as características definidas a partir da sua estruturação em território paulista. Observou-se, portanto, que existem diferentes dinâmicas envolvidas na produção agrícola e agroindustrial do Estado e que a sobreposição dos mapas econômicos apresentados revela algumas particularidades que merecem ser destacadas.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

No primeiro bloco, referente à agropecuária, foram utilizadas informações do IBGE, IEA/SAA e do levantamento Sensor Rural da Fundação Seade. A partir dessas estatísticas, dividiu-se o Estado de São Paulo em sete regiões com características agropecuárias semelhantes.

A principal região de produção agropecuária é a Noroeste que concentra a maior parte da produção dos principais produtos da agricultura paulista: cana-de-açúcar (64,0%), citros (93,9%), café (55,1%), milho (49,2%) e soja (53,6%). Igual expressão tem a região na produção animal, que coloca-se como a maior produtora de leite, aves, bovinos e suínos. Essas condições se refletem no seu poderio econômico, de tal forma que o noroeste do Estado de São Paulo é responsável por 54,5% do valor da produção agropecuária, 40,2% da área cultivada e 44,5% do pessoal ocupado.

A segunda região em importância é a Centro-Oeste, situada na margem esquerda do Rio Tietê, e que se destaca na produção de soja, café, cana-de-açúcar e milho. Sua participação na pecuária é mais modesta, ainda assim, posiciona-se como a segunda produtora de suínos. Essa região produziu 19,1% do valor bruto da produção da agropecuária paulista, concentrando 21,5% da área e 17,7% do pessoal ocupado, em 1995.

A região Oeste, situada no extremo oeste do Estado, apresenta maiores áreas de pastagens e pequena produção agrícola de milho, café e cana-de-açúcar. O Oeste reúne 10,2% do valor da produção animal e vegetal do Estado, embora possua 20,3% da área e 13,8% do pessoal ocupado.

As outras quatro regiões paulistas têm peso menor na produção agropecuária, sempre em níveis abaixo dos 10%. Vale destacar apenas algumas atividades isoladas, como a avicultura e a suinocultura na região Centro-Sul, com boa participação no total da oferta paulista e que, por isso, impulsionam o emprego e a renda regional. Outros destaques são constituídos pela fruticultura na região do Litoral Sul e a produção de leite no Vale do Paraíba.

Considerando-se a totalidade dos produtos da agropecuária paulista (safra 1995/96), a cana-de-açúcar, de longe, é a que mais contribuiu para o valor bruto da produção (VBP). Quase um terço do produto das fazendas paulistas provém da cana-de-açúcar. Em seguida, em termos de participação, estão a carne bovina (12,0%), o leite (7,2%) e o frango (6,1%). Podemos afirmar, assim, que a agropecuária paulista é pouco diversificada. Apenas dez produtos contribuem para um total de 78,6% do VBP.

O dinamismo e a importância das regiões Noroeste e Centro-Oeste podem ser avaliados pelos respectivos indicadores de modernização. Essas duas regiões concentram 72,6% dos tratores do Estado, além de 71,4% dos silos e 63,3% dos depósitos (dados de 1995). Nas outras regiões merecem destaque os mais de 9 mil estabelecimentos com irrigação no Centro-Sul, o que corresponde a 27,4% dos estabelecimentos daquela região e a 31,7% de todos os estabelecimentos irrigados

do Estado de São Paulo, em virtude da produção intensiva de verduras e olerícolas do Cinturão Verde e também das áreas de feijão de Itararé, entre outras.

A Tabela abaixo apresenta os principais indicadores de modernização da agropecuária paulista. Verifica-se pelo levantamento que, evidentemente, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta a melhor relação entre o seu VBP e a área dos estabelecimentos agropecuários, assim como os indicadores mais elevados em termos de pessoal ocupado, tratores e estabelecimentos com irrigação. A região Noroeste comparece com maior potencial, o que não pode ser atribuído apenas ao seu tamanho, mas também ao dinamismo da sua agricultura. As regiões do Litoral Sul e Vale do Paraíba apresentam sistematicamente indicadores de modernização iguais ou abaixo das médias do Estado de São Paulo, o que denota o distanciamento cada vez mais crescente entre as regiões produtoras de maior ou menor importância.

Indicadores de Modernização da Agropecuária Paulista
Estado de São Paulo e Regiões – 1995

Estado e Regiões	VBP/100 ha (1)	PO/100 ha (2)	Tratores/100 ha (3)	Bovinos/100 ha (4)	Estabelec. com Irrigação/Total(5)
Estado de São Paulo	48.433	5	0,98	71	13,4
Oeste	24.353	4	0,55	109	7,2
Noroeste	65.640	6	1,36	59	12,7
Centro-Oeste	43.124	4	0,78	75	7,5
Centro-Sul	45.977	8	1,08	53	27,4
Litoral Sul	27.720	5	0,30	17	2,7
Vale do Paraíba	36.495	5	0,40	59	9,4
Metropolitana	124.394	19	3,64	27	53,7

Fonte: Fundação IBGE.

(1), em reais; (2), em pessoas; (3), em unidades; (4), em cabeças; e (5), em porcentagem.

O texto do Caderno destaca, todavia, que o desenvolvimento rural deve ser visto de uma forma um pouco mais ampla que a produção agropecuária *stricto*

sensu. Segundo as informações apresentadas, aumentou a participação de pessoas domiciliadas no meio rural e ocupadas com atividades não-agrícolas em território paulista. Dados da PNAD – IBGE de 1997 demonstram que mais de 50% da PEA rural ocupada do Estado de São Paulo estava alocada em ramos não-agrícolas, como a prestação de serviços, a indústria da transformação, a indústria da construção, o comércio e outros.

Essas estatísticas demonstram que o dinamismo de regiões rurais não pode ser medido unicamente pela produção agropecuária. Existe um enorme conjunto de atividades – turismo ecológico, artesanato, serviços domésticos e agroindústria – que geram emprego e renda e não estão diretamente ligados à agropecuária. Outro dado importante diz respeito ao enorme contingente de trabalhadores da agropecuária domiciliados no meio urbano, embora a redução da população rural venha se amainando em algumas regiões do Estado. Considerando-se que o emprego agrícola está em queda, supõe-se que parte importante dessa força de trabalho que permanece no campo está sendo absorvida por essas novas atividades não-agrícolas.

EMPREGO AGRÍCOLA

Com relação ao emprego agrícola, o cenário é de queda gradativa, devendo acentuar-se nos próximos anos. Estimativas da Fundação Seade apontam para a possibilidade de mecanização de 75% da área de cana-de-açúcar no Estado até 2005, em virtude do decreto proibindo a queimada dos canaviais. Sabendo-se que a cana-de-açúcar é a principal cultura em termos de ocupação, pois emprega mais de 1/3 da força de trabalho paulista, é possível prever uma enorme redução nos postos de trabalho no meio rural no curto e médio prazos. Essa redução deverá se refletir com maior intensidade na região Noroeste, principal área de produção. Atualmente, a agricultura paulista demanda mais de 700 mil EHA – equivalentes-homens-ano

(dados de 1998), estimando-se para 2005 uma queda para 500 mil EHA em razão dos problemas já apontados.

Apenas cinco culturas empregam mais de 70% da força de trabalho em São Paulo: cana-de-açúcar, café, laranja, olerícolas e eucalipto. De todas essas, a laranja e as olerícolas registraram aumentos na ocupação nos anos 90. As verduras e legumes estão em ascensão devido ao crescimento da demanda interna por produtos *in natura* pelos supermercados e redes de *fast foods*, mas a expansão da laranja, que se deu nos anos 90 favorecida pelos bons preços internacionais, não deverá se repetir no presente. Pelo contrário, com o rompimento do contrato padrão entre a indústria e os citricultores e os baixos preços pagos pela caixa do produto, a tendência é muitos produtores deixarem a atividade.

Observou-se, pelos comentários dos conselheiros do Fórum São Paulo Século 21, que há uma preocupação generalizada quanto ao emprego agrícola. Foi mencionado, por exemplo, que o desemprego deverá aumentar em razão da mecanização da cana-de-açúcar. Segundo os conselheiros participantes da reunião, não se pode contrapor a preocupação com a ecologia, que estaria motivando a restrição à queimada da cana (e sua mecanização compulsória), com a “degradação do indivíduo”, que perde seu emprego no campo e vai morar nas favelas das cidades. A preocupação é tal, que foi mencionada a proposta de garantir, por lei estadual, o corte manual de 30% da cana crua, o que evidentemente seguraria um grande contingente de trabalhadores nessa atividade.

Outro ponto de destaque quanto à ocupação no meio rural diz respeito às atividades da pecuária. Segundo estimativas do Sensor Rural, em 1998, havia uma demanda total de 156.854 EHA na pecuária do Estado de São Paulo. Essa força de trabalho alocava-se, basicamente, nas atividades da bovinocultura de leite (53,4%),

havendo também um contingente expressivo atuando na reforma de pastagens (22,7%), atendendo tanto a criação de gado de corte como de gado leiteiro.

DESEMPENHO DA AGROINDÚSTRIA

No segundo bloco de assuntos do Caderno Agricultura e Agronegócios, analisou-se o desempenho da agroindústria paulista, pesquisada através da Paep-Seade a partir de uma segmentação em dez ramos de atividade: carnes, sucos, óleos vegetais, leite, moagem de cereais, cana-de-açúcar, café, fibras têxteis, madeira e celulose e demais agroindústrias.

Conforme foi mencionado, a espacialidade da agroindústria tem uma distribuição um pouco distinta da agropecuária. A agroindústria paulista concentra-se na RMSP e na Região Administrativa de Campinas. Essas duas regiões contribuem com quase metade da receita agroindustrial do Estado. Curiosamente, a RMSP congrega a maior parte das agroindústrias e a maior parte da receita agroindustrial do Estado, contrariando o senso comum de que a agroindústria seria uma exclusividade das áreas interioranas.

Vale lembrar, no entanto, que a agroindústria é predominante entre as indústrias do interior. Em certas regiões, como Barretos, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Ribeiro Preto, a agroindústria contribui com mais da metade da receita industrial da região. A título de ilustração: a participação da agroindústria nas atividades industriais da RMSP é de apenas 6,3%.

Vale, igualmente, ressaltar o outro extremo, como o caso da Região Administrativa de Registro, que contribui com apenas 0,2% da receita agroindustrial paulista e na qual a agroindústria tem uma participação muito baixa na receita geral da indústria (16,3%). Trata-se de uma área muito pobre e sem muitas alternativas econômicas. Isso porque, nessa região, a chamada “não-agroindústria” também não tem um peso muito acentuado, sendo representada por pequenas indústrias locais sem maior expressão.

Pesquisa realizada pela Fundação Seade¹ com a agroindústria, em 1996, detectou a existência de 3.579 unidades locais agroindustriais de propriedade de 1.879 empresas. Essas empresas ocuparam 22.740 pessoas e geraram uma receita de R\$ 23 bilhões com um valor adicionado de R\$ 9 bilhões. No período, esses números representavam 11,8% do valor adicionado da indústria paulista e 10,2% do pessoal ocupado. A principal atividade agroindustrial, tanto em termos de valor adicionado como em termos de pessoal ocupado, era o processamento da cana-de-açúcar, representando cerca de 40% do emprego e 30% do valor adicionado de toda agroindústria paulista, seguido pela agroindústria do leite, da moagem de cereais, de sucos e de carnes.

Outra informação que despertou bastante atenção foi o tamanho das instalações agroindustriais pesquisadas. Mais uma vez, contrariamente ao imaginado, constatou-se que as unidades de produção agroindustriais são muito maiores do que as demais indústrias, considerando-se o número de empregados e a receita. Quando se faz a comparação por número de empregados, verifica-se que o tamanho médio de uma agroindústria ultrapassa o dobro das outras atividades industriais. Quando se faz a comparação por receita, observa-se que a agroindústria tem uma receita quatro vezes maior que as atividades não-agroindustriais.

Nesse sentido, alguns comentários dos conselheiros do Fórum São Paulo Século 21 foram no sentido de se tentar evitar a concentração na atividade agroindustrial, pois esta vem prejudicando diretamente os fornecedores de matérias-primas, ou seja, os produtores agrícolas. Mencionou-se, em particular, a situação dos citricultores, obrigados a entregar sua produção a preços não-remuneradores para um número reduzido de processadores. O mesmo foi comentado em relação aos arrendatários de áreas para a produção de cana-de-açúcar pelas usinas.

A questão do porte na agroindústria induz a uma relação receita por empregado muito alta e o mesmo ocorre com o valor adicionado, que apresenta cifras por empregado muito superiores às das outras indústrias. No entanto, a

¹ Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

agroindústria paulista não pode ser vista de uma forma homogênea, podendo ser dividida em três grandes grupos:

- Um segmento com baixos salários, produtividade e faturamento, em que se encontram indústrias tradicionais como serrarias, cafeeiras e têxteis, mas que também conta com as atividades de produção de celulose.
- Um grupo com alta produtividade, grande escala de produção e grande empregador de mão-de-obra mais qualificada. Encontram-se neste grupo as agroindústrias de sucos, óleos vegetais, leite e moagem de cereais.
- Um grupo intermediário, no qual tem-se a produção de açúcar e álcool e de carnes, ao lado de outras agroindústrias, como as de fumo, couros e conservas.

EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA

A educação e o treinamento na agroindústria também foram objeto da Paep. Cruzadas com dados obtidos da Rais – Ministério do Trabalho, de 1997, as informações mostraram que o nível de qualificação e treinamento na agroindústria é semelhante aos demais setores da indústria. Na agroindústria, assim como na indústria em geral, três de cada quatro empregados possuem o ensino fundamental completo e o ensino médio completo. Quando se comparam as exigências para contratação de pessoal com formação em cursos técnicos ou profissionalizantes, verifica-se que o percentual da agroindústria é inferior ao do restante da indústria: 14,9% contra 22,5%, respectivamente. Por outro lado, 60,0% das empresas agroindustriais declararam oferecer cursos de treinamento, principalmente na área da qualidade, para seu pessoal – esse percentual está ligeiramente abaixo do observado na indústria em geral.

Embora os empregados da agroindústria tenham o mesmo nível educacional dos demais empregados da indústria, seus salários costumam ser mais baixos. A remuneração anual média por trabalhador na agroindústria alcançava R\$ 10.477,00

contra R\$ 12.055,00 na indústria em geral. Tais salários, como se viu, não têm base em receitas menores obtidas pela agroindústria e tampouco se devem à menor qualificação dos seus trabalhadores. A hipótese mais provável é de que os salários mais baixos se devem à maior dispersão da agroindústria pelo interior do Estado e ao baixo nível de organização sindical dos seus trabalhadores.

POLÍTICA AGRÍCOLA

O terceiro grande bloco de questões tratou das diversas políticas que incidem sobre o setor e apresentou, inicialmente, algumas informações sobre o crédito rural no Estado de São Paulo.

Segundo informações do Banco Central, no período 1985-98, houve uma redução expressiva no volume de recursos regulares concedidos no Estado de São Paulo. Para a agricultura, os recursos foram reduzidos para apenas 29% do montante disponível em 1985, sendo a queda mais acentuada para o investimento nas propriedades, ao passo que a comercialização sofreu menos cortes. Na pecuária, a redução foi menor: 73% do observado em 1985, embora na comercialização de produtos da pecuária tenha se verificado um expressivo crescimento de 60%.

Em adição ao crédito regular, o Governo Federal criou, em 1995, o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Na sua modalidade de infra-estrutura, o Pronaf havia atendido apenas 45 municípios paulistas, que cumpriram as exigências de preparação dos planos, criação dos conselhos e seleção de propostas. Os recursos autorizados para liberação no período 1997-2000 totalizavam R\$ 6,6 milhões em infra-estrutura. Na modalidade de crédito, a participação de São Paulo no contexto nacional tem sido muito pequena. No período analisado, 1996-98, observou-se que menos de 2% do volume liberado para todo o Brasil foi para o Estado de São Paulo. Os dados de 1998 demonstram que, em São

Paulo, foram formalizados apenas 7.298 contratos, totalizando R\$ 27,9 milhões, número irrisório ante as necessidades da produção familiar paulista.

No segmento da agricultura empresarial, verifica-se a participação crescente dos financiamentos para a agricultura e agroindústria paulistas. Sabe-se, no entanto, que parte importante dos financiamentos privados para a agricultura é feita em bases informais ou sem qualquer registro por parte do sistema de crédito, como é o caso da “soja verde” ou das “CPRs de gaveta”, como são conhecidas no mercado. De toda forma, o Banco do Brasil avalizou, em 1998, apenas 155 contratos privados para a agroindústria ou agropecuária paulista, no valor de R\$ 11,8 milhões. Estima-se que esses contratos formais representem apenas 5% do total negociado no período.

Quanto à política de reforma agrária, constatou-se que dois períodos foram os mais intensos em termos de assentamentos em território paulista. Entre 1984-87 e 1994-97 foram assentadas 4.369 famílias, ou 74% de todas as 5.895 famílias assentadas no Estado de São Paulo. A área média dos assentamentos é igual ou inferior a 20 hectares, dedicados, principalmente, ao cultivo de produtos básicos para o auto-consumo. Portanto, sua importância em termos de oferta de produtos agropecuários para o mercado é muito baixa, com exceção dos produtos hortícolas em algumas regiões.

COMÉRCIO EXTERIOR

Finalmente, o Caderno Agricultura e Agronegócios destaca a posição da agropecuária e agroindústria paulistas no comércio exterior. Apesar dos problemas decorrentes do câmbio sobrevalorizado – verificados no período seguinte ao Plano Real – o Estado de São Paulo aumentou seu volume de produtos exportados e sua participação no total nacional. Em 1998, as exportações agrícolas e agroindustriais de empresas paulistas atingiram US\$ 4,1 bilhões, o que representou 22,3% das exportações paulistas.

Os segmentos de suco de laranja e de açúcar e álcool são as duas grandes atividades exportadoras da agroindústria paulista, contribuindo com mais de dois terços do total exportado. Seguem-se a esses os segmentos de papel e celulose, carnes e derivados de soja. Dentre todos os segmentos analisados, somente o de suco de laranja possui um parque industrial praticamente voltado para a exportação. Do total produzido pelas esmagadoras de suco, 94,5% destinava-se ao mercado externo, enquanto nos demais segmentos a participação externa era inferior a um terço do total. Essas características reforçam a vocação doméstica do agronegócio paulista e sua baixa vulnerabilidade às flutuações impostas pela política externa e pelo câmbio em termos nacionais.

MEDIDAS DE APOIO

Esses três blocos de temas foram avaliados pelos conselheiros presentes nas quatro reuniões do Fórum São Paulo Século 21 – Grupo Temático Agricultura e Agronegócios, realizadas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. De modo geral, pode-se afirmar que as preocupações dos conselheiros centraram-se principalmente na perda de competitividade da nossa agricultura em razão do protecionismo externo e da falta de apoio a alguns segmentos. Esses problemas têm resultado, segundo os conselheiros, na depauperação das pequenas cidades agrícolas e no desemprego nas atividades agrícolas. Nesse sentido, todas as sugestões visaram favorecer a agregação de valor e a melhoria da qualidade dos produtos paulistas, garantindo o desenvolvimento sustentável e o emprego do homem do campo.

A retomada de alguns instrumentos de controle da agricultura no Estado de São Paulo alinha-se entre as sugestões encaminhadas para a melhoria da situação do homem do campo e o reforço nas atividades da agropecuária e agronegócios. Esses instrumentos poderiam vir do reforço às Câmaras Setoriais, já em atividade

no Estado. Cabe, ainda, enfatizar outros projetos de apoio à agricultura paulista sugeridos pelos conselheiros:

- Incentivo ao uso de calcário, com distribuição gratuita pelo governo, buscando reduzir as despesas com fertilizantes.
- Financiamento em condições mais favoráveis para a aquisição e o uso de implementos agrícolas.
- Incentivo à pesca oceânica, além de ações direcionadas para monitorar a contaminação das águas dos pesqueiros (rios e lagos) no tocante à detecção de metais pesados.
- Esforço para regularizar terras e limitar o pagamento de indenizações aos proprietários desapropriados que obtiveram suas terras de forma irregular.
- Apoio à produção de produtos orgânicos pelos pequenos produtores, mesmo por meio de subsídios. Apoio à produção de algodão, a fim de reverter as importações estaduais desse produto, e também à pecuária moderna.

Com relação às sugestões gerais, os conselheiros do Fórum São Paulo Século 21 propõem um esforço integrado dirigido à produção e ao incentivo dos produtores. Segundo eles, não é suficiente promover apenas uma política fundiária de acesso à terra: torna-se necessário que as intervenções acompanhem a cadeia produtiva, indo do crédito e assistência técnica até a comercialização dos produtos.